

Os candidatos e suas receitas contra a crise

CRISTINA CHACEL

A menos de cinco meses das eleições presidenciais, poucos são os candidatos que definiram o projeto econômico que deverão apresentar à nação. As propostas mais claras, por enquanto, são as de Fernando Collor de Mello, do PRN;

de Luis Inácio Lula da Silva, do PT; e de Guilherme Afif Domingos, do PL. Ulysses Guimarães, do PMDB, conta com um rascunho já rabiscado pelos economistas do PMDB, mas que ainda não passou pelo crivo de seu companheiro de chapa, Waldir Pires, que promete rigor na aprovação.

Roberto Freire, do PCB, dispõe de dois trabalhos — um de economistas do Rio de Janeiro e outro de paulistas, que divergem em alguns pontos.

O programa econômico de Jânio Quadros, agora candidato pelo PSD, tem vários pontos indefinidos. O candidato do PDT, ex-Governador Leonel Brizola,

faz questão de que o seu programa seja elaborado ao longo da campanha e só se defina mais perto da eleição.

Paulo Maluf, candidato do PDS, já tem as suas idéias arrumadas, mas nem por isso suficientemente detalhadas.

Alguns dos remédios in-

dicados pelos assessores econômicos dos nove candidatos já definidos pelos partidos para curar os males da economia são aparentemente os mesmos. Como, por exemplo, a solução para honrar a dívida interna — intenção de todos —, que, de uma forma ou de outra, resume-se na constatação de que é preciso au-

mentar o prazo para seu pagamento.

Com exceção dos candidatos do PT e do PCB, os demais pretendem continuar negociando e pagando a dívida externa brasileira, embora apresentem cardápios com diferentes opções aos credores.

Colaboraram Margarete Acosta e Núbila Ferro

Arte/Jane

As propostas econômicas dos candidatos

PROPOSTAS	COLLOR	BRIZOLA	LULA	ULYSSES	JÂNIO	FREIRE	AFIF	MALUF	COVAS
Dívida Externa	Retirar o aval da União para contratos da dívida externa, promovendo a descentralização da negociação. O programa de Governo torna-se instrumento para negociação direta do devedor com o credor. A receita combina conversão de dívida com privatização.	Negociação, desvinculando credores privados das agências multilaterais e desvinculando os juros a serem pagos dos juros externos influenciáveis pelas políticas monetárias dos países credores. O fluxo de transferências não deve ultrapassar patamar de 15% das exportações.	Auditoria da dívida que permita investigar o histórico e identificar responsabilidades, para esclarecimento da população. Simultaneamente, suspensão do pagamento e articulação de alternativas com demais países devedores.	Não descarta a moratória, mas prefere primeiro esgotar as possibilidades de negociação, para que o efeito que traria ao nível das reservas não ameace a soberania nacional. Pretende articular negociação em bloco com os demais devedores.	A moratória não está nos planos do candidato. Mas ele quer discutir os juros da dívida externa em 1981 e 1982, que por uma decisão unilateral passou de 6% para 22%. A possibilidade de firmar um pacto com os endividados da América Latina é considerada remota.	Não teria dúvidas em decretar a moratória, por um prazo mínimo de dez anos. Defende negociação global da dívida mundial, com intermediação da ONU.	Interromper o pagamento dos juros a credores que não estejam interessados em duas alternativas: a securitização da dívida em uma holding do Tesouro que se encarregaria das privatizações, ou na conversão da dívida em investimentos.	Paga, mas quer renegociar.	Paga, mas quer renegociar.
Dívida Interna	O equacionamento para a dívida externa é meio caminho andado para resolver a dívida interna, porque reduz a emissão de títulos. A receita é uma política monetária autônoma, descontaminada do vírus da dívida externa.	Honrar a dívida interna, mas alongar seu perfil para financiamento, através da credibilidade do Governo e de mecanismos que garantam o pagamento ao tomador de títulos.	Negociar com os grandes credores o alongamento do perfil da dívida pública e converter parte do capital especulativo em um fundo de investimento para implantação de políticas sociais e no investimento produtivo. Negociação voluntária.	Pretende honrá-la, mas não cobrando dos Estados. Pretende retirá-la do overnight , depois que o saneamento do Estado propicie a credibilidade para que os investidores optem por títulos de longo prazo.	Ainda em discussão, mas a tendência é reformular o conceito de economia, que precisa ser mais humanizada, o que implicaria adoção de medidas econômicas, em função de problemas sociais.	Fixação de juros reais negativos, para alongar o perfil da dívida interna, durante o qual o resgate dos títulos ficaria condicionado à aplicação em investimentos produtivos. Seria fixado um teto para o resgate, a fim de que as pequenas aplicações não venham a ser punidas.	Os US\$ 80 bilhões que giram diariamente no over serão redirecionados para o setor produtivo, gradualmente, para não provocar hiperinflação. Parte dessa massa será dirigida à compra de empresas públicas, aproveitando a conversão da dívida externa.	Paga parte da dívida com privatização de estatais.	Paga
Déficit Público	Com o equacionamento das dívidas interna e externa, e uma reforma administrativa, combatemos o déficit público.	Contenção com a superação da crise fiscal e da estagnação econômica. Ajustar as rolagens das dívidas interna e externa, aumentar a arrecadação e recuperar os vazamentos decorrentes da imperícia fiscal.	Contenção com a renegociação da dívida interna, o combate à sonegação e uma reforma administrativa profunda.	Cortes dos incentivos fiscais e melhor gerenciamento das estatais. Ulysses não pretende demitir logo.	Ainda em aberto.	A melhor receita de combate combina as soluções para as dívidas interna e externa. A demissão de servidores não resolve o problema. Adoção de mecanismos de controle social das empresas públicas e privadas.	Garantir superávit fiscal já nos primeiros três anos. Eliminar incentivos, subsídios e isenções fiscais. Reforma administrativa, com extinção de autarquias como IAA, IBC e Sunam.	Pagar parte dele com a privatização de estatais.	Reduzi-lo até nível consistente com recuperação da capacidade de investimento.
Reforma Administrativa	Extinção de cargos e de ministérios criados a partir de acordos eleitorais, a exemplo do Ministério da Irrigação. Recadastramento e remanejamento de servidores, para evitar superposição de funções. Demitir quem não se encaixar na racionalização da máquina pública.	Não demitir os atuais nem admitir novos funcionários. Reduzir nomeações de cargos de confiança e comissionados. Remanejar funcionários para os órgãos de maior necessidade e racionalizar a máquina pública.	Promoção de censo e auditoria na máquina pública, planos de concurso para contratação e de cargos e salários, redução de ministérios e demissão só se absolutamente necessário.	É preciso emagrecer o Estado, mas só a partir da retomada do crescimento econômico, para que os demitidos tenham opção de emprego no setor privado.	Ainda em estudo	Realocação de servidores.	Demissão de pelo menos 25 mil servidores federais, que espera-se sejam absorvidos pelo mercado ou, ainda, pelos estados e municípios, com a descentralização dos investimentos nas áreas sociais, como saúde, saneamento, habitação e educação.	Ainda em estudo	Ainda em estudo
Privatização	Os setores estratégicos serão preservados, mas os esquemas que permitem manter o controle da União serão explorados. A privatização mais importante é a de novos investimentos, nas áreas de infraestrutura, transportes e energia, que serão compartilhados.	O Estado deve cumprir suas funções normativas, reguladoras e sociais, e deve continuar presente nos setores produtivos estratégicos, em geral ligados aos monopólios naturais.	Desprivatização do Estado, combate às diversas formas de interesse privado que permeiam o setor público, e fortalecimento do Estado em setores estratégicos.	Primeiro o saneamento do Estado, para identificar as reais necessidades. Petrobrás e Banco do Brasil são intocáveis.	É favorável à privatização de grande parte das empresas do Estado, mas preservará as estratégicas.	A prioridade é para a estatização, inclusive para os transportes coletivos nas grandes metrópoles, ampliando também a participação do Estado na saúde e na educação. Somente algumas empresas poderiam ser alvo de privatização, desde que discutida com a sociedade.	A Siderbrás será privatizada. Os programas de expansão poderão contar com o capital privado, inclusive na Eletrobrás. Privatização sistemática. Os empregados poderão comprar ações da empresa pública. Escapam da privatização Petrobrás e Vale do Rio Doce.	Favorável.	A favor, com reservas.
Tributação	Revisão da estrutura tributária, de subsídios e incentivos fiscais, para reduzir a renúncia fiscal do Estado. Equilibrar a taxa sobre ganhos de trabalho e capital. Se todos pagarem, cada um poderá pagar menos e a arrecadação vai aumentar.	Definir imposto sobre patrimônio para a formação de uma cadastros de demonstração patrimonial. Taxação progressiva ao ganho de capital e redefinição de faixas de alíquotas, através do acúmulo dos rendimentos de trabalho e de capital na declaração de renda.	A política tributária é instrumento de distribuição de renda. Combate implacável à sonegação, com racionalização dos fiscais de rua. Combate à economia informal e clandestina (caixa dois).	Aumentar a carga tributária para alguns setores da exportação e dos patrimônios, preservadas as heranças que já são taxadas, para sanear as finanças públicas.	Não definiu.	Revisão, maior taxa sobre o lucro, o capital especulativo e o latifúndio. Taxação forte da especulação do mercado financeiro, por considerar que o volume de capital nele concentrado precisa voltar à produção.	Simplificação da estrutura tributária, reduzindo alíquotas e ampliando a base tributável, para acabar com a sonegação, a evasão e a economia informal. Criação de três alíquotas, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, e cobrança implacável. Todos pagam.	Vai reduzir carga dos impostos.	Ampliar base tributária e combater a sonegação.
Política Salarial	Ainda não foi elaborada.	Elevação da base da pirâmide, através da elevação do piso salarial nacional. Quadruplicar e quintuplicar o piso num período de seis e sete anos. As faixas salariais próximas ao piso são automaticamente contempladas. Para as categorias mais organizadas, livre negociação.	Recompor o valor real, em especial do salário mínimo; estímulo à livre negociação através de contrato de trabalho nacional, articulado pelas centrais sindicais e pelos setores produtivos, incluindo empresas.	Conceder primeiro aumentos reais de salários, porém moderados. Os aumentos salariais ficarão condicionados a um amplo levantamento da oferta de produtos de amplo consumo.	Não detalhou. Pretende gerar 1,2 milhão de novos empregos por ano, através de investimentos internos e externos.	Pretende adotar medidas, que não detalha, para a recuperação do poder de compra, através da elevação da massa salarial para dois terços da renda nacional, a exemplo dos países desenvolvidos.	Livre negociação salarial e ponto final. Admite fixação de um salário mínimo.	Ainda em elaboração	Ainda em elaboração
Inflação	Não faremos nenhum plano de emergência. Temos tempo. Na medida em que retomarmos os investimentos produtivos, recuperar a capacidade financeira do Estado, e reduzirmos a especulação no mercado de ativos reais, a inflação cai.	Pacote anti-inflacionário passa por uma política fiscal e disciplina monetária que estabeleça um teto para a discussão de uma política de rendas. Controle dos instrumentos de política macroeconômica.	Considera que o ajuste do Governo agravou a crise das finanças públicas e aprofundou o arrocho salarial. O potencial inflacionário é superior ao que existia. Discute a possibilidade de apresentar novas medidas, compatíveis com a defesa dos interesses da maioria.	O combate não deve mais ser feito através de choques e congelamento de preços, medidas que caíram em descrédito da população. Nem tampouco através de pacotes tecnológicos. O combate se dará através do saneamento das finanças públicas.	Combate com mão de ferro.	O combate exige mais uma atitude política do que técnica.	Choque fiscal, renegociação da dívida externa e reforma monetária (para esquecer o cruzado, sinônimo de inflação), com independência do Banco Central. Durante um ano não emitiremos moeda.	Ainda em elaboração	Ainda em elaboração